

36°

Publicação da Federação das Associações do
Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAE.
ANO 20 | Edição Especial CONECEF
JULHO 2020 | Distribuição Gratuita

CONECEF

2020

Uma pauta de resistência

Conheça as resoluções
do 36° Congresso
Nacional dos Empregados
da CAIXA – CONECEF

08 Precisamos da Caixa
100% pública, defende
Eduardo Moreira

12 Caio Blanco:
“Nossa luta importa e
muda o mundo”

#ACAIXA
É TODA
SUA

CAIXA



BONS EXEMPLOS VIRAM INSPIRAÇÃO.

Obrigado, Pessoal da Caixa, por atenderem diariamente milhões de brasileiros e os ajudarem neste momento tão difícil. Vocês são motivo de orgulho para todos nós.

Orgulho também temos da Caixa, por ser a responsável pelo pagamento do Auxílio Emergencial e de outros tantos benefícios. Por isso, a Caixa deve manter-se 100% pública, forte e de todos os brasileiros.



**OBIGADO,
PESSOAL DA CAIXA.**

**VOCÊS SÃO ESSENCIAIS
PARA O BRASIL SEGUIR
EM FRENTE.**

Caixa 100% pública para todos os brasileiros e brasileiras.

www.acaixaetodasua.com.br



COMITÉ NACIONAL
EM DEFESA DA CAIXA

Administração e redação:

Fenae - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal
 SEP/SUL Qd 702, Edifício General Alencastro -
 Conjunto B Bloco A 4 andar Sala 401, Asa
 Sul - Brasília / DF CEP: 70.390-025

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-presidente: Sérgio Takemoto
Diretor vice-presidente: Marcos Aurélio Saraiva de Holanda
Diretor de Administração e Finanças: Clotário Cardoso
Diretor de Esportes: Carlos Alberto Oliveira Lima (Caco)
Diretor de Comunicação e Imprensa:
 Moacir Carneiro da Costa
Diretor de Formação: Jair Pedro Ferreira
Diretora de Saúde e Previdência:
 Fabiana Cristina Meneguele Matheus
Diretora de Políticas Sociais: Rachel de Araújo Weber
Diretor Sociocultural: Nilson Alexandre de Moura Junior
Diretora de Impacto Social: Francisca de Assis Araújo Silva
Diretora de Relações do Trabalho:
 Rita de Cássia Santos Lima
Diretora de Assuntos de Aposentados e Pensionistas:
 Vera Lúcia Barbosa Leão
Diretor da Região Norte: Jerry Fiusa dos Santos
Diretor da Região Nordeste: Paulo Roberto Massetti Moretti
Diretor da Região Centro-oeste:
 José Herculano do Nascimento Neto
Diretor da Região Sudeste: Dionísio Reis Siqueira
Diretor da Região Sul: Naiara Machado da Silva

CONSELHO FISCAL

Titulares: Marco Antonio Zanardi,
 José Megume Tanaka, Maria Rita Serrano
Suplentes: Giselle Maria Araújo de Menezes,
 Emanuel Souza de Jesus, Paulo Roberto Damasceno

CONSELHO DELIBERATIVO NACIONAL

Presidente: Jadir Fragas Garcia
Vice-presidente: Maria da Glória Araújo Silva
Secretário: Paulo César Matileti

CEE CAIXA

Coordenador:
 Dionísio Reis Siqueira (Fenae)
Membros:
 Fabiana Uehara Proscholdt (Contraf-CUT), Emanuel
 Souza de Jesus (FEEB-BA/SE), Jorge Luiz Furlan (Fetec-
 CUT/SP), Carlos Augusto Silva (FEEB-SP/MS), Antônio
 Abdan (Fetec-CUT/CN), Clarice Weisheimer (Fetec-CUT/
 PR), Edson Luiz Henneman (Fetrafi-SC), Eliana Brasil
 Campos (Fetrafi-MG), Ismael Monteiro Júnior (Fetrafi-NE),
 Rogério Campanate (Fetrafi-RJ/ES), Gilmar Cabral Aguirre
 (Fetrafi-RS), Edgar Antônio Bastos Lima (Fenacef)

Superintendente de Comunicação e Relacionamento:

Gioconda Bretas
Gerente de Comunicação: Flávia Filipini
Jornalistas: Andréa Vargas, Iara Vidal e Pamela Santos
Fotos: Augusto Coelho, David Colaço, Paulo Pereira, CEDOC
 (Centro de Documentação da Fenae), Perry Grone (Unsplash)
Edição: Clarissa Lima, Flávia Filipini e Janaína Lima
Produção editorial: Mia Comunicação e Urso Comunicação
Projeto gráfico e diagramação: Gus Simões

As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.

EDITORIAL

Realizado em pleno isolamento social e no decorrer de um dos momentos mais críticos para o trabalhador brasileiro, o 36º Congresso dos Empregados da Caixa (Conecef) adotou a força da união como principal tema. “A distância não nos limita”, título do evento, deu o tom dos debates logo na abertura, que juntou três congressos (Caixa, BB e BNB) em uma única cerimônia. Sob ameaça de um governo ultraliberal e irresponsável com o patrimônio nacional, os empregados dos bancos públicos reafirmaram que não entregarão os bens do país sem resistência.

Os congressistas chamaram os bancários da Caixa para resistir contra a privatização disfarçada, contra o abuso das metas, contra a deterioração das condições de trabalho, como descomissionamento arbitrário e o GDP. Os debates foram organizadas em três eixos: Defesa da Vida (democracia, defesa da Caixa 100% pública); Saúde (Saúde Caixa e Funcef); e Direitos (CCT, ACT e contratações).

Em 163 resoluções, o Conecef definiu as pautas para a Campanha Nacional dos Bancários de 2020 e para as negociações com a Caixa. Com elas, os bancários vão à luta para manter os direitos e obter avanços, sempre com a Caixa 100% pública.

SUMARIO

04	CAPA
10	PAINEL ECONOMIA
12	PAINEL SAÚDE
14	PAINEL DIREITOS
16	MEU PRIMEIRO CONECEF
18	CULTURA
20	HOMENAGENS E MOÇÕES
21	MANIFESTO
22	RESOLUÇÕES

EM DEFESA DA VIDA E DA CAIXA 100% PÚBLICA

Empregados Caixa definem resoluções para a Campanha Nacional dos Bancários. Vamos avançar na melhoria das condições de trabalho sem **#nenhumdireitoamenos**

Em defesa da vida e contra o desmonte dos bancos públicos brasileiros. Estes são os pontos que norteiam as reivindicações dos empregados da Caixa para Campanha Nacional dos Bancários 2020. A categoria buscará a manutenção dos atuais direitos, mas também a conquista de novos avanços na melhoria das condições de trabalho na Caixa Econômica Federal.

A pauta foi definida no 36º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizado nos dias 10 e 11 de julho, de forma virtual, com a presença de representantes de todos os estados e do Distrito Federal. Reunindo 265 delegadas e delegados, o encontro definiu estratégias de luta para barrar a agenda de privatizações e de retirada de direitos que vem sendo implantada pelo governo Bolsonaro.

As resoluções do Congresso foram organizadas em três eixos: “Defesa da Vida”, que agrupou os temas democracia, empresas públicas, bancos públicos e defesa da Caixa 100% pública; “Saúde”, com os temas saúde e condições de trabalho, Saúde Caixa e Funcef; e “Direitos”, com os temas Convenção Coletiva do Trabalho (CCT), Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e contratações.

“Construímos uma pauta de resistência. Com as resoluções definidas, conseguiremos manter os nossos direitos e obter avanços”, explicou Dionísio Reis, diretor da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) na região Sudeste. Como coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/ Caixa), Dionísio foi um dos organizadores e mediador do congresso.



Unidos virtualmente

Acostumados a encarar obstáculos, os bancários estão tendo um desafio a mais para se organizar em 2020: o isolamento social provocado pela pandemia do coronavírus. O 36º Conecef, os congressos dos demais bancos públicos e privados e a Conferência Nacional dos Bancários foram realizados em formato digital.

O isolamento social, no entanto, não afetou a disposição da categoria para assegurar seus direitos. Pelo contrário, de acordo com a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, os desafios fortalecem a luta e a resistência.

“Por isso, o grande lema dos nossos congressos este ano é ‘A distância não nos limita’. A nossa unidade, a nossa campanha, com bancários do Brasil inteiro, unidos de norte a sul, é o que nos dá força”, destacou Juvandia. Dando prova de que distância pode ser superação, a abertura do Conecef foi realizada conjuntamente com os congressos dos bancários do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia. “Precisamos mais do que nunca estar juntos”, explica a presidenta da Contraf-CUT.



“Precisamos mais do que nunca estar juntos”, defende Juvandia Moreira, presidenta da Contraf

“

Defender os bancos públicos é defender o Brasil. Eles dizem que não vão privatizar a Caixa, mas estão entregando ativos, como a Caixa Seguridade e loterias.

Érika Kokay, deputada federal (PT-DF)

”

ASSISTA A PALESTRA NA ÍNTEGRA



Takemoto destaca que está nas mãos dos empregados Caixa e da sociedade garantir a continuidade do papel de protagonista desempenhado pelo banco no desenvolvimento regional e social do país



Defesa dos bancos públicos

Um tema que une não só os bancários mas a maioria dos cidadãos e boa parte da classe política é a relevância dos bancos públicos para o desenvolvimento econômico e social do país. Depois de mostrar sua importância na crise econômica de 2008, a Caixa foi novamente convocada para socorrer o Brasil e não decepcionou, operacionalizando o pagamento emergencial para milhões de brasileiros.

O governo, no entanto, continua ignorando por completo o papel imprescindível da instituição pública, dando continuidade ao processo de privatização já em curso, com o fatiamento, venda e enfraquecimento do banco.

O processo se baseia na venda de ativos e na abertura de capital - já confirmada - das áreas mais rentáveis da Caixa, como a de cartões, seguros, gestão de ativos e loterias. O ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou no início de julho, em meio à pandemia, que este é “um excelente ano” para a Caixa fazer uma “grande” oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) das subsidiárias do banco.

Neste cenário, o presidente da FENAE, Sérgio Takemoto, convocou os trabalhadores a resistirem aos ataques. “Nós não podemos permitir que este governo continue atacando nossos direitos, o serviço público, e trabalhando pela privatização mesmo nesta pandemia”, afirmou. Takemoto destaca que está nas mãos dos empregados Caixa e da sociedade a missão de impedir que a instituição deixe de ser o “banco da casa própria”, o “banco da poupança”, o “banco do trabalhador”, do Fundo de Garantia, do Fies, do Bolsa Família e de tan-

tos outros programas importantes para a população brasileira.

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF), aposentada da Caixa, também fez um alerta durante o 36º Conecef: “Defender os bancos públicos é defender o Brasil. Eles dizem que não vão privatizar a Caixa, mas estão entregando ativos, como a Caixa Seguridade e loterias”.

Também participaram do Congresso os parlamentares José Carlos (PT-MA), que é presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos, e a senadora Zenaide Maia (PROS-RN), que atua como presidenta da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. Eles defenderam os bancos públicos como patrimônio do Estado, que precisa ser defendido de um governo temporário.

“Temos que dizer à sociedade que estamos todos juntos e convencer que os bancos públicos são do povo brasileiro e não de um governo só”, lembrou Zé Carlos. A senadora Zenaide também foi contundente: “É impressionante como querem vender o patrimônio do povo brasileiro, mas quando o patrimônio é deles, privados, não querem nem que sejam tributados os lucros e dividendos”.

Pandemia coloca novas discussões na mesa

Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) segue firme no debate por melhores condições de trabalho e uma Caixa 100% pública



Dionísio Reis



Fabi Proscholdt

Integrantes da CEE conduziram as discussões sobre protocolos de prevenção à Covid-19

Responsável por assessorar o Comando Nacional dos Bancários nas negociações com a Caixa e pelos debates na mesa permanente de negociação, a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) atua fortemente na defesa e na luta pelos direitos dos trabalhadores e pela Caixa 100% pública.

Foram muitas conquistas da representação dos empregados da Caixa ao longo dos anos. A Participação nos Lucros e Resultados (PLR), assinatura da CCT pela Caixa, o Plano de Cargos e Salários (PCS) 2008, PLR Social, Saúde Caixa, a isonomia e até as mobilizações contra as Medidas Provisórias 905 e 936, que previam alterações nas jornadas de trabalho de seis horas.

Em 2020, a Comissão enfrenta a pandemia. As negociações com a Caixa foram responsáveis pela construção de protocolos de saúde essenciais para salvar a vida dos empregados e da população. O banco, no entanto, está afrouxando os protocolos e, conseqüentemente, colocando todos em risco.

Para o membro da CEE/Caixa e diretor da Apcef/SP, Leonardo Quadros, a pandemia também trouxe à mesa assuntos que estavam em fase inicial. “Este cenário atual antecipou em vários anos discussões que a gente tinha pendente, como o home office, e novas formas de organização dos trabalhadores”, avaliou.

Os desafios da CEE/Caixa ainda são muitos. O atual governo manteve a agenda de privatização de partes estratégicas do banco, por isso os trabalhadores precisam continuar fortes na defesa da Caixa como patrimônio público para todos os brasileiros.

A luta também é por melhores condições de trabalho, pela manutenção dos direitos e pelo Saúde Caixa para todos. O plano vem sendo atacado pela direção do banco, deixando milhares de trabalhadores sem convênio de saúde em meio à pandemia. “Isso mostra que o nosso caminho é o da mobilização, unidade e organização para que a gente consiga manter a nossa empresa pública e os nossos direitos”, finalizou Quadros.



Integrantes da CEE/Caixa: a comissão assessora o Comando Nacional dos Bancários nas negociações com a Caixa. Atua fortemente na defesa e na luta pelos direitos dos trabalhadores e pela Caixa 100% pública



Privados têm medo de calote, cabe aos bancos públicos emprestar para as pequenas e médias, afirma Belluzzo

Brasil precisa dos bancos públicos para socorrer a sociedade, diz economista

A importância dos bancos públicos em momentos de crise como a que o país enfrenta hoje pautou a palestra do economista e professor da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo na abertura dos congressos dos trabalhadores dos bancos públicos federais. Para Belluzzo, não há possibilidade da economia brasileira se recuperar sem a atuação dos bancos públicos e o Estado precisa socorrer a sociedade e a economia, além de garantir a renda da população.

“O governo tem recursos para os bancos emprestem para pequenas e médias empresas, mas os bancos privados não estão emprestando. Somente os bancos públicos estão liberando os recursos. Os bancos privados têm medo de calote e eles estão certos, porque o Estado não deu as garantias necessárias para os bancos emprestem. Somente os bancos públicos podem socorrer as empresas”, frisou.

Veja todas as resoluções a partir da página 20.



DEFENDEMOS:

- A CAIXA 100% PÚBLICA
 - O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)
 - MANUTENÇÃO DO MODELO DE CUSTEIO DO SAÚDE CAIXA
 - O SAÚDE CAIXA PARA TODOS
 - O FIM DO DESCOMISSIONAMENTO ARBITRÁRIO
 - O FIM DO GDP (GESTÃO DE DESEMPENHO DE PESSOAL)
 - NÃO ÀS METAS NA PANDEMIA
 - O ESTATUTO DA FUNCEF
- ENTRE OUTRAS RESOLUÇÕES

COMO GERAR RIQUEZA PARA TODOS

Economista Eduardo Moreira explica o que os empregados Caixa sabem na prática: o papel do banco público na promoção do crescimento econômico e da qualidade de vida da sociedade

Só é possível imaginar um Brasil com justiça social e democracia com uma Caixa Econômica Federal 100% pública e fortalecida. Essa é a visão do economista e escritor Eduardo Moreira, painelistas do 36º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef).

Em linguagem acessível, durante um vídeo com quase 20 minutos de duração, Moreira abordou o papel do Estado na indução do desenvolvimento econômico, o funcionamento do sistema financeiro e a importância dos bancos públicos para reduzir as desigualdades sociais. Demonstrando satisfação por participar do evento, o economista trouxe à tona o senso de pertencimento dos empregados Caixa, que têm orgulho de trabalhar em uma empresa que é de todos os brasileiros e brasileiras e serve ao país.



Pertencimento: Moreira destacou o orgulho dos empregados por trabalhar em uma empresa que é de todos os brasileiros e serve ao país

Papel do Estado na sociedade

Moreira explicou que o Estado é, de fato, um grupo de pessoas que tem a função de organizar a convivência em sociedade por meio de normas. “Além das regras que vão orientar ou restringir a forma como a gente convive, o Estado também escolhe de quem ele tira e para quem ele dá a riqueza”, afirmou.

A maneira como administra a riqueza gerada no país e a forma como a distribui para a sociedade são alguns dos pontos que fazem o Estado ser bom ou ruim. Entre os exemplos de atuação estatal, Moreira destacou a adoção de políticas de distribuição de renda - como o Bolsa Família e o auxílio emergencial - e a responsabilidade de deixar como legado a transformação da vida das pessoas mais pobres.

Na visão de Moreira, outra forma de distribuição de riqueza ocorre por meio da absorção dos juros da dívida pública, uma medida que, no entanto, não deixa legado para a sociedade. Com números, o economista explicou a diferença de impacto entre as duas iniciativas. Cada R\$ 1 que vai para o Bolsa Família gera R\$ 1,50 em riquezas para a economia do país. Já no segundo modelo, o mesmo R\$ 1 usado para pagamento de juros da dívida pública tem o multiplicador de 0.7. “No pagamento da dívida, R\$ 1 vira R\$ 0,70 e freia a economia”, comparou.

Há ainda uma terceira forma de distribuição de riquezas, que é por meio da contratação pelo Estado de produtos e serviços necessários para o atendimento à população. Exemplos são a construção de rodovias, hospitais e escolas, além da contratação de profissionais para prestação de serviço.

“ O Brasil precisa ter uma Caixa 100% pública e ainda maior. Uma das missões do banco. ”

Como funciona o sistema financeiro

O economista explicou ainda o funcionamento do sistema financeiro por meio do tripé “investimento, risco e retorno”. Na opinião de Moreira, um país que consegue potencializar sua capacidade de gerar riqueza tem um sistema financeiro eficiente. “Um país que faz com que as riquezas fluam permite que todos possam participar desse processo de geração da riqueza”, afirmou.

No Brasil, prosseguiu, o sistema financeiro freia este processo. Como isso ocorre? Quem tem riqueza em excesso cobra muito caro para emprestar a quem precisa de recursos para produzir e gerar desenvolvimento. “Quem cobra esse excesso é o banco, que atua como intermediário. Então, a riqueza que está sendo produzida fica parada no setor não produtivo. O Brasil tem uma máquina,

que é o sistema financeiro, de acumular riqueza no único setor que não produz riqueza”, lamentou.

Caixa: peça chave no acesso ao crédito

No Brasil imaginado por Moreira, a Caixa é peça chave para construir um país com justiça social e democracia. Ele defende que o país precisa ter uma Caixa Econômica Federal pública e ainda maior. O banco deve permitir que o capital chegue para aqueles que não têm, com uma taxa de juros que permita a todos terem a liberdade de liderar seu processo econômico, participando do desenvolvimento do país. “Contribuir para o país permite que todos nós, fortes, possamos nos desenvolver e oferecer dignidade e qualidade de vida a toda a população”, concluiu Moreira.

ASSISTA
A PALESTRA
NA ÍNTEGRA



Ponto de partida: a Caixa é fundamental para a construção de um país com justiça social e democracia, salientou o economista



SAÚDE DOS BRASILEIROS SOB AMEAÇA

Sanitarista e pesquisadora, Maria Maeno alerta para os cuidados com a saúde do trabalhador em tempos de pandemia e para a importância do SUS no enfrentamento da Covid-19

Em meio à maior crise sanitária da história recente da humanidade, a pandemia do Covid-19, a saúde do trabalhador foi um dos temas do 36º Conecef. Maria Maeno, médica sanitaria e pesquisadora da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), falou sobre a saúde no ambiente de trabalho e sobre o atendimento público à população.

Para Maeno, em vez de reconhecimento e atenção pelo momento delicado em que são obrigados a manter-se trabalhando, os empregados, especialmente os da Caixa, convivem com mais pressão no ambiente de trabalho. “Ao ouvir os trabalhadores sobre o quanto se sentem desvalorizados e avaliados injustamente, apesar de trabalharem muito mais e sob intensa pressão, é possível fazer um paralelo com formas de organização e gestão de outras empresas públicas e privadas. São empresas cujos eixos consistem em utilizar sistemas de avaliação de desempenho como ferramentas de aprisionamento dos trabalhadores, que passam a temer o mau desempenho pelo risco de demissões, no caso das

empresas privadas; e de descomissionamentos, nas empresas públicas, como a Caixa”, disse a médica.

Para Maeno, o trabalho na Caixa e em outras empresas públicas não pode receber o mesmo tratamento que o de uma fábrica, onde se produz milhares de unidades de um produto por minuto. “O cuidado de pessoas exige personalização do atendimento e o empenho para resolução do que cada pessoa precisa”, explicou.

A especialista destacou o papel imprescindível do banco público durante a pandemia e o esforço dos empregados da Caixa para atender a população, a despeito da falta de valorização da atividade desempenhada por parte da direção da empresa.

Defesa do SUS

Maria Maeno fez um alerta: a saúde da maioria dos trabalhadores brasileiros está sob ameaça. Isto porque o Sistema Único de Saúde (SUS) vem sofrendo sucessivos ataques por parte dos governos neoliberais, que visam favorecer o sistema privado de saúde. “O projeto do neoliberalismo é fazer um pacote mínimo para a população carente e passar o restante para a iniciativa privada. São muitos os ataques de quem não quer que tenhamos um estado de bem-estar social no país, com saúde e educação de qualidade para todos”, enfatizou a médica.

Durante a apresentação no Conecef, a pesquisadora do Fundacentro contou como o SUS foi construído e lembrou



Maria Maeno destacou a importância da Caixa no atendimento à população durante a pandemia e os esforços dos seus empregados

as ofensivas para descredibilizar o sistema perante a população. Segundo a médica, parte da sociedade lembra apenas das filas e do mau atendimento, mas não consegue perceber que tem muita gente trabalhando contra o sucesso do SUS.

Sem o SUS a assistência à saúde das pessoas vulneráveis socialmente seria ainda mais precária, na visão da especialista. Durante a apresentação, a médica forneceu dados que indicam melhorias nas condições de vida da população após a criação do sistema único, como redução da taxa de mortalidade infantil, aumento da cobertura de vacinas, aperfeiçoamento nas políticas de vigilância sanitária e epidemiológicas e o crescimento da expectativa de vida da população.

“A migração de parte da classe média para os planos privados de saúde resultou na diminuição da pressão sobre as autoridades públicas, que se sentem à vontade para desfinanciar o SUS e nomear pessoas desqualificadas para cargos essenciais. A desigualdade em nosso país faz com que os que decidem estejam longe do campo de batalha cotidiano da maioria dos brasileiros”, ressaltou a sanitarista, citando como mau exemplo a escolha do general Eduardo Pazuello para a função de ministro interino da Saúde.

“Mesmo diante dos mais de 2 milhões de casos de Covid-19 no país, todos que estudam pandemia são unânimes em afirmar que sem o SUS o cenário seria ainda mais catastrófico”, afirmou a pesquisadora.

“ Mesmo diante dos mais de 2 milhões de casos de Covid-19 no país, todos que estudam pandemia são unânimes em afirmar que sem o SUS o cenário seria ainda mais catastrófico ”



Dedicação: especialista lembrou do esforço dos empregados da Caixa para atender a população

Sem recursos na guerra contra a Covid-19

A médica apresentou um dado estarrecedor diante da crise sanitária que o País atravessa: dos R\$ 39 bilhões disponíveis no orçamento para o combate à pandemia da Covid-19, R\$ 26 bilhões ainda não foram empenhados.

“Isso equivale a 67% dos recursos para compra de respiradores, máscaras e outros itens essenciais, como medicamentos. Estamos em uma guerra em que os soldados na linha de combate estão desprovidos de arsenais bélicos e de proteção das suas vidas. São mais de 150 médicos mortos pela Covid-19 e um número maior ainda de trabalhadores da enfermagem”, lamentou Maeno.

Pandemia: em vez de reconhecimento e atenção pelo momento delicado, empregados sofrem mais pressão nas agências

ASSISTA
A PALESTRA
NA ÍNTEGRA



“NOSSA LUTA IMPORTA E MUDA O MUNDO”

Ao falar sobre democracia e mobilização social, Caio Blanco destacou a importância da organização dos trabalhadores para garantir conquistas e lutar por mais direitos

“A luta nunca termina. Pelo contrário, ela exige que estejamos cada vez mais fortes e atentos. Vivemos hoje um processo político e econômico que visa a destruição de diversos direitos que foram conquistados ao longo dos anos por meio de muita luta.” O alerta foi dado pelo advogado, ator, escritor e *digital influencer* Caio Blanco, convidado para falar sobre direitos aos empregados da Caixa e delegados do 36º Conecef.

De forma descontraída, Blanco fez uma explanação detalhada sobre temas áridos, como democracia e direitos civis, sociais e trabalhistas. O escritor dedicou boa parte da sua fala para destacar a importância dos direitos, os ataques sofridos e a organização dos trabalhadores para manter o que foi conquistado e avançar na pauta de reivindicações.

“O 13º (salário), as férias remuneradas, as horas extras. Todos esses direitos são fruto não de um processo natural, da nossa política e da nossa democracia. São consequência direta da organização de determinada classe em busca de melhores condições de vida, frente aos poderosos exploradores. É resultado de luta árdua, de organização coletiva dos trabalhadores, como nós, cujos objetivos só podem ser al-



Caio Blanco: “Vivemos hoje um processo político e econômico que visa a destruição de diversos direitos que foram conquistados ao longo dos anos através de muita luta”



Mobilização em Brasília: Caio Blanco relembrou que direitos já conquistados, como 13º salário e férias remuneradas, foram consequência da organização e luta dos trabalhadores

cançados quando nos entendemos como classe e vamos à luta, juntos”, afirmou. Blanco deu ainda outro recado importante: “Direito nenhum é dado, todo direito é conquistado. E foi preciso existir uma profunda luta social para a sua conquista”. Segundo o youtuber, os detentores do poder e do capital não vão conceder, de bom grado, nenhum direito ao povo, exceto em situações que resultem em alguma vantagem econômica ou política para eles.

“O dismantelamento dos nosso direitos só é possível porque querem nos fazer acreditar que não possuímos poder; que não temos, enquanto classe trabalhadora, a capacidade de fazer a diferença. É preciso que vocês entendam: isso é uma mentira! Todos nós, em nossos microcosmos, somos capazes de mudar o mundo”, enfatizou Caio Blanco.

O palestrante chamou os empregados da Caixa a continuarem firmes na luta pelos seus direitos: “Vocês são os maiores exemplos do nosso poder de mudança. Empregados de uma instituição pública que muda a vida da parcela mais pobre da população brasileira todos os dias, através de ações com forte viés social. Todo poder emana do povo, mas uma engrenagem não faz a revolução. É por isso que se queremos garantir os direitos conquistados e lutar por mais direitos, a gente deve fazer tudo isso juntos. É por isso que precisamos entender que nós importamos, que nossa luta importa e é ela que muda o mundo”.

“

Vocês são os maiores exemplos do nosso poder de mudança. Empregados de uma instituição pública que muda a vida da parcela mais pobre da população brasileira todos os dias, através de ações com forte viés social

”

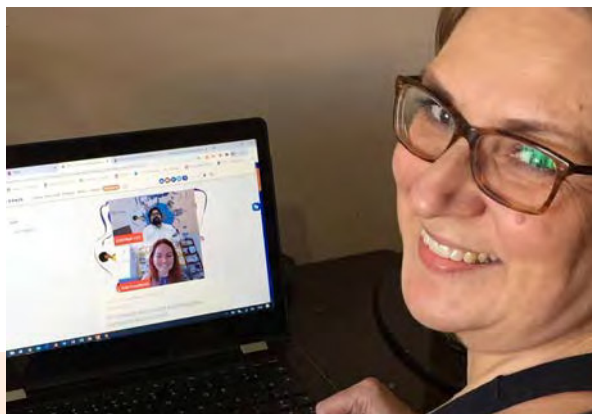
ASSISTA
A PALESTRA
NA ÍNTEGRA



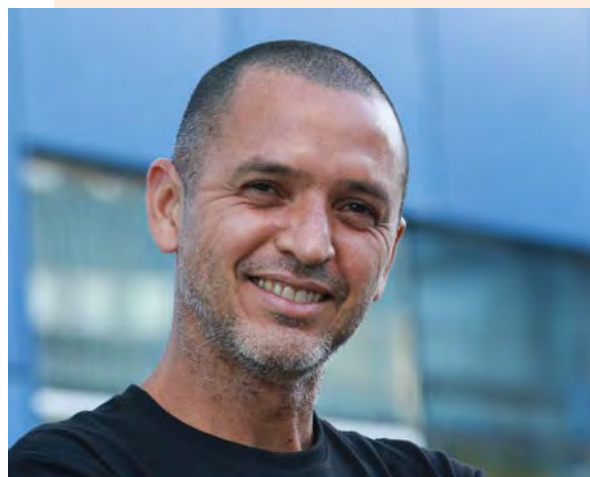
Meu primeiro

CONECEF

Carmem Lúcia Kramar



“Tivemos painéis com autoridades competentes, debatendo e apresentando temas relevantes para os empregados Caixa e a classe bancária”



Alexsandro Pereira Machado

Para Alexsandro Pereira Machado, 46 anos, de Brasília (DF), o Conecef foi uma grata surpresa. O receio que o bancário nutria, por se tratar de um evento online onde o debate poderia ser reduzido, foi deixado para trás pela qualidade das discussões. “Tivemos painéis com autoridades competentes, debatendo e apresentando temas relevantes para os empregados Caixa e da classe bancária. A experiência de participar das decisões em torno da defesa dos bancos públicos, da saúde dos bancários e bancárias, da democracia e de nossos direitos foi ímpar”, elogiou ele, que planeja ir a outros encontros. “Recomendo aos colegas que participem, pesquise sobre as conquistas sindicais e que façam parte do movimento. Só assim para entender a dimensão dessa batalha”, convida.

“Me senti parte de um movimento de grande dimensão com as falas dos colegas de todo o Brasil. Vi que meus anseios de uma sociedade mais justa são partilhados por todos da Caixa. Fiquei orgulhosa dos nossos sindicatos e entidades”

O Conecef reuniu 265 delegados e delegadas, durante dois dias, de uma forma única: pela internet. E dentro desse grupo, algumas pessoas participaram pela primeira vez, como Carmem Lúcia Kramar, 53 anos, bancária da Caixa em Curitiba (PR). Para ela, o evento se revelou uma grande descoberta. “Me senti parte de um movimento de grande dimensão com as falas dos colegas de todo o Brasil. Vi que meus anseios de uma sociedade mais justa são partilhados por todos da Caixa. Fiquei orgulhosa dos nossos sindicatos e entidades e de ter a oportunidade de fazer parte deles”, celebrou a paranaense, que não vê a hora de participar da próxima edição. “Quero participar de novo para poder interagir e abraçar pessoas especiais que conheci”, anseia.

Márcia Monteiro



“ O Congresso ofereceu um ambiente democrático. Houve debates sobre diferentes temas e espaço para todos apresentarem sua opinião, dentro de uma programação bem montada ”

“ Na Caixa, podemos construir um mundo melhor para nós e para o próximo. Temos que estar atentos à defesa de um banco 100% público e que mantenha o foco no seu papel social ”

Antes de completar um ano como empregada da Caixa, Márcia Monteiro, de São Paulo, fez sua estreia no Conecef. Aprovada no concurso de 2014, ela foi convocada com outros colegas, pessoas com deficiência (PCD), em setembro de 2019. “Resultado da luta dos companheiros e companheiras que já estavam aqui”, reconhece. Para a bancária, o Conecef foi o combustível para seguir em frente. “Na Caixa, podemos construir um mundo melhor para nós e para o próximo. Temos que estar atentos à defesa de um banco 100% público e que mantenha o foco no seu papel social.” Quando nos reunimos e ouvimos os empregados mais antigos, ganhamos a força e a coragem que são necessárias e urgentes nesse tempo de muitos ataques. Estou chegando agora, contem comigo”, finaliza.



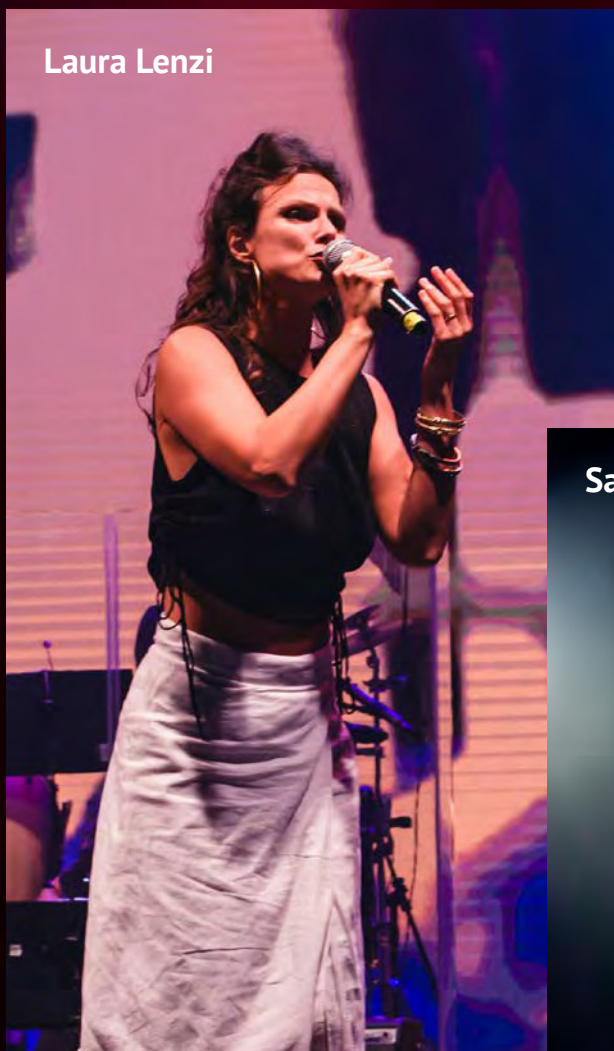
Felipe de Araújo Nogueira

Para Felipe de Araújo Nogueira, de São Paulo (SP), a estreia no Conecef foi marcada pelo desafio mais comum nesta pandemia: driblar as falhas na internet para reuniões on-line. Mas o empenho de vencer as dificuldades valeu a pena. “O Congresso ofereceu um ambiente democrático. Houve debates sobre diferentes temas e espaço para todos apresentarem sua opinião, dentro de uma programação bem montada”, observa o bancário, 34 anos, que viu no Congresso a oportunidade de conhecer de perto a atuação do movimento sindical e de aprender a respeitar o trabalho das Apcefs. “Espero participar mais vezes”. Para Felipe, é muito importante ter a representação dos empregados forte e unida para enfrentar as dificuldades impostas pela atual gestão do banco.

INTERVALOS REGADOS A BOA MÚSICA

Vencedores do prêmio Talentos, Sarah Lugon, Rodolfo Santiago e Laura Lenzi se apresentaram durante a transmissão on-line do Congresso

Laura Lenzi



Em meio às discussões sobre economia brasileira, bancos públicos e saúde, a arte se fez presente. O 36º Conecef brindou os participantes com as vozes de vencedores das edições 2018 e 2019 do Talentos Fenaef/Apcef. Rodolfo Santiago (PE), Laura Lenzi (SC) e Sarah Lugon (MG) garantiram momentos de cultura e diversão para os delegados e para o público que acompanhou a transmissão pelo YouTube.

Sarah Lugon



Segundo colocado na categoria Interpretação do concurso em 2019, o pernambucano Rodolfo Santiago apresentou a canção *Paciência*, de autoria do conterrâneo Lenine. Já a catarinense Laura Lenzi, segundo lugar na mesma disputa, foi de *É pra lá que eu vou*, do grupo Os Alacantos. A vencedora do ano de 2018, Sarah Lugon, aproveitou a ocasião para lembrar as músicas *Tempos Modernos*, de Lulu Santos, e *Stand By Me*, de John Lennon.

Para os artistas, a experiência foi gratificante. “Foi muito interessante. Colegas da Caixa printaram a tela e me enviaram, dizendo que tinham visto a apresentação”, contou Laura.

Já para Santiago, a participação no Conecef foi uma forma diferente de divulgar seu trabalho. “A Fenae me convidou para gravar uma música para ser tocada no Conecef. Não poderia negar esse pedido. A Fenae sempre proporcionou cultura aos funcionários da Caixa e sou muito grato por todas as oportunidades”, destacou o músico.

A empregada Sarah já havia cantado no Conecef, em 2019, também aprovou o formato on-line. “Estamos descobrindo outras formas de ter contato com o público e expressar a nossa voz. É uma nova dinâmica”, avaliou.

O coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), que assessorava a Contraf-CUT na organização do Congresso, Dionísio Reis, ficou bastante satisfeito com o resultado. “No nosso entendimento, era preciso ter atividades durante os intervalos. Nesse enredo, apareceu a proposta do Talentos. Entramos em contato com a Fenae e os cantores toparam. Ficou ótimo”.

Rodolfo Santiago (PE), Laura Lenzi (SC) e Sarah Lugon (MG) nos shows do prêmio Talentos. No Conecef, eles se apresentaram de casa para os delegados e o público que acompanharam a transmissão pelo YouTube

ASSIS CARVALHO, PRESENTE!

Conecef prestou homenagem ao deputado Assis Carvalho e às vítimas da pandemia do novo coronavírus

O 36º Conecef prestou uma linda homenagem ao deputado federal Assis Carvalho (PT-PI). Durante o evento, foi exibido o discurso feito pelo parlamentar no dia do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Ao final, os congressistas lembraram o parlamentar entoando juntos: “Assis Carvalho, presente!”, numa referência à homenagem que é feita a outra líder de esquerda, a vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), assassinada em março de 2018, no Rio de Janeiro.

Empregado aposentado da Caixa, o parlamentar Francisco de Assis Carvalho Gonçalves faleceu no dia 5 de julho, vítima de infarto, aos 59 anos. Nascido na cidade de Oeiras (PI), o parlamentar cumpriu três mandatos como deputado federal e foi um dos articuladores das frentes mistas em defesa dos bancos públicos. Carvalho foi ainda presidente da Apcef/PI e integrou o Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenaec.

Para o coordenador da CEE/Caixa, Dionísio Reis, Carvalho era um ilustre combatente, sempre presente na luta dos bancários.

Em sua participação, a deputada Érika Kokay (PT/DF) afirmou que o parlamentar era insubstituível e citou o escritor Guimarães Rosa para lembrar do colega congressista. “Guimarães Rosa dizia que as pessoas ficam encantadas e permanecem dentro da gente pelas suas experiências, exemplos e falas. É o caso de Assis Carvalho, que está encantado dentro de cada expressão de luta, justiça e carinho com o povo brasileiro”, disse Kokay.

O Congresso também abriu espaço para lembrar de todas as vítimas da Covid-19. Durante a programação, os participantes fizeram um minuto de silêncio enquanto viam na tela a letra da música O Bêbado e o Equilibrista, canção composta por Aldir Blanc e João Bosco. Um dos maiores compositores da MPB, Blanc foi também uma das vítimas do novo coronavírus. O artista faleceu no dia 4 de maio.



Assis Carvalho, ilustre combatente: “Eu digo não a essa corrupção ridícula que envergonha o meu país”

Moção alerta para emergência climática

O colapso ecológico, vivenciado em todo mundo e que ficou mais evidente com a pandemia da Covid-19, foi tema de moção aprovada no 36º Conecef. “A pandemia e a emergência climática deixam claro que temos que fazer uma escolha entre a preservação da humanidade e o capitalismo. A atual crise não é conjuntural e não pode ser solucionada a partir dos marcos vigentes”, alertam os delegados.

Segundo os participantes do 36º Conecef, “é urgente que a classe trabalhadora construa uma transição civilizatória em direção a um novo sistema econômico/social que substitua o capitalismo e que possibilite a sustentabilidade ecológica”.

36° CONECEF DEFENDE ESTATUTO E MAIS TRANSPARÊNCIA NA FUNCEF

Mudanças feitas pelo Conselho Deliberativo não respeitam normas do fundo de pensão e representam “quebra de contrato”

Mais respeito aos direitos dos participantes e dos assistidos do fundo de pensão dos empregados da Caixa, o Funcef. É o que reivindicam os delegados e delegadas do 36° Conecef. Em manifesto, divulgado durante o Congresso, eles denunciam que conquistas históricas, obtidas a partir da luta dos empregados da Caixa para democratizar a gestão da Funcef, estão sendo desrespeitadas, causando prejuízos aos associados.

“O Estatuto da Funcef, em vigor desde agosto de 2007 e construído em processo negociado pela representação de participantes, da patrocinadora e da Fundação, foi rasgado. O Conselho Deliberativo (CD) da Fundação aprovou alterações e, para aprová-las, desrespeitou cláusula do próprio estatuto”, denunciaram os participantes do Congresso.

Segundo os delegados, “o regulamento do Não Saldado foi alterado sem que se respeitasse a ordem estatutária de exigência de maioria de votos. As alterações são quebra de contrato, em prejuízo dos participantes”.

O 36° Conecef defende que as mudanças sejam anuladas. “Não são legítimas, não respeitam participantes, dão à Caixa poder absoluto, como se fosse ela a dona dos recursos que, obviamente, pertencem a ativos, aposentados e pensionistas”, justificam.



Cobrança: mais respeito aos direitos dos participantes e dos assistidos do Fundef



Em manifesto, 36° Conecef defende que as alterações sejam anuladas: “Não são legítimas, não respeitam participantes, dão à Caixa poder absoluto, como se fosse ela a dona dos recursos que, obviamente, pertencem a ativos, aposentados e pensionistas”

RESOLUÇÕES 36º CONECEP

O 36º Conecef definiu as pautas da categoria para a Campanha Nacional dos Bancários de 2020, para a mesa de negociações com a Caixa e para a construção da estratégia de luta em defesa da Caixa 100% pública. Os 265 delegados do Congresso aprovaram 163 resoluções, divididas em três eixos - Defesa da Vida, Saúde e Direitos - e que foram debatidas nos encontros estaduais e regionais. O primeiro Conecef totalmente virtual reforçou o papel dos empregados na construção da pauta da categoria, que definiu o eixo Defesa da Vida como prioridade, incluindo a defesa da Caixa 100% pública. As assembleias e congressos estaduais e regionais, preparatórios para o Conecef, contaram com a participação de mais de 700 delegados. Confira a seguir todas as resoluções aprovadas.

Eixo Defesa da Vida

Propostas:

- Democracia
 - Defesa da Caixa e empresas públicas
 - Pandemia
1. Defesa da Caixa 100% pública: intensificação de campanha de valorização e defesa da Caixa.
 2. Defesa da Caixa 100% pública: fim do ciclo de vendas de ativos. Mais investimentos que gerem retorno para a sociedade.
 3. Em defesa da Caixa 100% pública, com atuação múltipla, competitiva e rentável com o objetivo de dar sustentabilidade à ação social do banco.
 4. Fomentar a criação e apoiar o funcionamento de estruturas de Comitês de Usuários e Clientes da Caixa, de modo a aprimorar o controle social da instituição.
 5. Campanha em defesa da Renda Básica Cidadã.
 6. Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
 7. Elaborar campanha de fortalecimento das instituições que defendem os empregados da Caixa, como sindicatos e associações.
 8. Fora Bolsonaro e toda sua política nefasta!
 9. Ampliar campanha pelo Fora Bolsonaro/Mourão! Eleições Gerais Já. Em defesa dos direitos sociais, da soberania nacional e das liberdades democráticas.
 10. Fortalecer a frente única com os setores organizados (partidos, movimentos e organizações populares) que atuam junto à classe trabalhadora e aos setores oprimidos.
 11. Frente Ampla em defesa da vida e da democracia.
 12. Frentes unitárias de ação amplas em defesa da democracia e em torno de pautas e situações específicas, tais como o combate ao racismo, ao machismo, ao LGBTQIA+ fobia, a defesa da autonomia das instituições federais de ensino, a denúncia pública de medidas governamentais contra a destruição da Amazônia, em defesa dos povos indígenas, contra as privatizações, incluindo a luta pela água e energia públicas e demais pautas da classe trabalhadora.
 13. Combater o discurso do governo de jogar a população contra os servidores públicos e as estatais para justificar as privatizações.
 14. Fortalecer o Comitê Nacional e os Comitês Estaduais em defesa das empresas públicas.
 15. Manter a estratégia de elaboração de materiais informativos sobre as empresas públicas (Reconta Ai), ampliando sua divulgação.

16. Monitorar as iniciativas do Legislativo e do Executivo que tratem sobre empresas públicas.
17. Lutar por programas de emergência que devem ser exigidos dos governos e parlamentos federais, estaduais e municipais como resposta imediata e necessária para enfrentar a pandemia da Covid-19 no Brasil e garantir que os trabalhadores possam fazer o distanciamento social necessário.
18. Composição da diretoria da Caixa exclusivamente com empregados de carreira.
19. Representação eleita dos empregados e movimentos sociais no Conselho de Administração.
20. Não fechamento de unidades, em especial as que estão em locais sem outras agências da Caixa ou oferta insuficiente de serviços bancários.
21. Manutenção da gestão do FGTS na Caixa.
22. Redução imediata da taxa de juros dos empréstimos. Redução das taxas e tarifas bancárias em defesa do papel público da Caixa. Não à mercantilização dos produtos, taxas e tarifas pela Caixa!
23. Reunir os ex-presidentes da Caixa na defesa do Banco Público forte contra o desmonte.
24. Manter a pauta emergencial para mitigar riscos da pandemia.
25. Fim das metas durante a pandemia.
26. Compromisso de não haver descomissionamento durante a pandemia.
27. Com o objetivo de prevenir, controlar e mitigar a transmissão da Covid-19, as instituições financeiras estabeleceram protocolos de segurança à saúde para colaboradores e clientes. A Portaria Conjunta nº 20, de 18/06/2020, estabeleceu orientações a serem observadas nos ambientes de trabalho. A portaria NÃO autoriza, entre outros,



- o descumprimento: das Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança e saúde no trabalho; de medidas de saúde, higiene e segurança do trabalho oriundas de CCTs e ACTs. Pleito: Capacitar as Cipas (NR-5), com base nos protocolos adotados pelas instituições e na Portaria Conjunta nº 20, para atualizarem os Mapas de Risco e auxiliarem no PPRA (NR-9).
28. Lutar pela aplicação de protocolos que assegurem a saúde e a vida dos trabalhadores e da população.
 29. Garantir o fornecimento de EPIs para todos os empregados e terceirizados enquanto durar a pandemia.
 30. Teste de Covid-19 no local de trabalho a todas e todos, inclusive terceirizados.
 31. Obrigatoriedade da Caixa na execução e custeio da testagem frequente da Covid-19 nos empregados que estão em atividades nas unidades.
 32. Que o fim do home office somente aconteça no fim da pandemia, quando não houver oficialmente mais risco de contágio.
 33. Manter o serviço de home office ao grupo de risco, enquanto durar a pandemia.
 34. Que o retorno dos empregados ao trabalho presencial seja precedido de negociação com as entidades representativas e baseado em estudos científicos, com clareza dos critérios e priorizando a manutenção do home office e do rodízio enquanto durar a pandemia.
 35. Responsabilizar a direção Caixa pelas doenças nos empregados que estão na linha de frente decorrente da pandemia.
 36. Solidariedade às famílias das vítimas de Covid-19.
 37. Homenagem aos profissionais de saúde.
 38. Prorrogação do home office durante a pandemia sem nenhum tipo de trabalho presencial para mães e empregados que cuidam sozinhos dos filhos.



Eixo Saúde

Propostas:

- Saúde Caixa
 - Funcef
 - Saúde e Condições de Trabalho
39. Fim do descomissionamento arbitrário.
 40. Pelo fim do assédio moral na cobrança de metas.
 41. Intensificar, nas mesas de negociações, a política contra as metas abusivas.
 42. O Mapa de Risco pode:
 - Auxiliar na identificação de postos de trabalho submetidos a insalubridade;
 - Orientar os esforços para que o Fator Acidentário de Prevenção - FAP (varia de 0,5 a 2,0), que é definido por CNPJ com base nos dois anos anteriores, seja o menor possível. O FAP é multiplicado pela alíquota do Risco Ambiental do Trabalho - RAT (1, 2 ou 3%), que é definido com base no CNAE e constitui uma tributação previdenciária.
 43. Reformulação do PCMSO com a realização anual de exames detalhados por todos os empregados, permitindo a verificação das reais condições de saúde e a existência de comorbidades de forma a possibilitar a rápida identificação de empregados de grupos de risco e a adoção de programas internos de prevenção e melhoria da saúde dos empregados.
 44. Reembolsar 100% do custo das vacinas antigripais utilizando para tal a verba de promoção à saúde da Caixa.
 45. Desenvolver campanha com os empregados de conscientização contra as competências internas de vendas, estimuladas pelos gestores.
 46. Engajar a Cipa na guerra contra a doença causada pelo SARS-CoV-2.
 47. Promover a valorização (em caráter indenizatório) de empregado que trabalhe de forma presencial em casos de calamidade, pandemia ou situação de risco.
 48. Apoio psicológico ao trabalhador dentro do ambiente de trabalho. Identificação por periodicidade aparte do PCMSO, com profissional específico (burnout, TAG e demais transtornos). Esclarecimentos aos colegas e gestores acerca de problemas mentais e diferenças comportamentais (geracionais x, y, z, millennials; TDAH; Asperger, etc).
 49. Estabelecer um gabarito mínimo de funções por unidade de trabalho.
 50. Melhorar mobiliário, principalmente as cadeiras. Limpeza programada do ar-condicionado, organização de fiação, iluminação e filtro de água fornecido pela empresa.
 51. Adoção pela Caixa de medidas efetivas para que os problemas de indisponibilidade de sistema diminuam, uma vez que estes afetam diretamente a rotina dos empregados.
 52. Que quaisquer programas e/ou novidades no atendimento da Caixa sejam, primeiramente, informados de forma ampla a todos os empregados, e somente depois à imprensa.
 53. Implantação permanente do Fórum Nacional de Condições de Trabalho, subsidiado de informações sobre saúde, infraestrutura, segurança e cobrança de metas na Caixa.
 54. Criação de unidades estaduais de saúde do trabalhador por Gipes ou Repes com a participação dos trabalhadores.
 55. Fortalecimento dos Fóruns Regionais de Condições do Trabalho.
 56. Total responsabilidade da Caixa pelas perdas e danos decorrentes de problemas de segurança.
 57. Programa de proteção aos empregados e suas famílias vítimas de violência e crimes motivados pelo exercício de sua atividade bancária. Pela concessão de licença do trabalho até que o empregado esteja totalmente restabelecido para suas funções, bem como pagamento integral de médicos, psicólogos e demais especialistas para a vítima e sua família.

58. Formulação, em oficina com a participação dos empregados, de política de saúde mental e enfrentamento do adoecimento mental ao qual a categoria está exposta.
59. Abertura obrigatória de CAT, no prazo de 24 horas, para todos os trabalhadores da unidade envolvidos nas ocorrências de assalto e em outros acidentes de trabalho.
60. Custeio integral pela Caixa, sem ônus ao Saúde Caixa, de qualquer tratamento recomendado para doença ocupacional ou relacionada ao trabalho.
61. Eleição do presidente da Cipa pelos titulares e suplentes da Cipa e não interferência da Caixa na comunicação dessa comissão.
62. Reconhecimento da dependência química de álcool e outras drogas como doença, propiciando atendimento ao familiar por equipe multidisciplinar formada por médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais.
63. Caracterização como de efetivo exercício o período entre o fim da licença até a data do resultado da perícia, com a manutenção da remuneração integral, nos casos de pedidos de Prorrogação e de Reconsideração junto ao INSS, mesmo que venham a ser negados.
64. Extensão da pausa de 10 minutos a cada 50 trabalhados para todos os bancários da Caixa que atendem público ou trabalham com entrada de dados ou movimentos repetitivos.
65. Implantação do Fórum Regional de Condições de Trabalho em toda base Repes ou Gipes.
66. Reconhecimento como acidente de trabalho de eventuais acidentes ocorridos no trajeto para o local de trabalho.
67. PCMSO a serviço da saúde e não dos interesses da direção Caixa.
68. Implementar um censo sobre o adoecimento mental da categoria. Uso de medicação/afastamentos para gerar indicadores capazes de subsidiar a luta pela saúde dos trabalhadores.
69. Inclusão na negociação coletiva: caso de explosão no ambiente de trabalho ocasionará atendimento médico e psicológico, custeado pela Caixa, além da comunicação aos sindicatos (cláusula 35).
70. Combate ao assédio moral, sexual e a toda violência organizacional.
71. Fim do descomissionamento para quem sair de licença médica e garantia de um ano de função após o retorno ao trabalho.
72. Revisão do normativo que versa sobre Processo Disciplinar Civil garantindo o direito à ampla defesa, sem punição antes do fim do processo.
73. Saúde Caixa para todos! Saúde Caixa sustentável e para todos os empregados da ativa, independentemente da data de admissão; e aposentados, independentemente da data da aposentadoria. Sem discriminar os PCDs. Entendemos que toda e qualquer alteração no Saúde Caixa deve ser negociada amplamente com a representação dos empregados.
74. Imediata mobilização política nacional pela aprovação do PDC 956/2018.
75. Fim do teto para o Saúde Caixa.
76. Manutenção das regras de custeio do Saúde Caixa (70x30).
77. Melhoria na sistemática e maior agilidade do sistema de reembolsos do Saúde Caixa.
78. Manter e incluir todos os serviços e procedimentos do Saúde Caixa para os integrantes do PAMS Caixa, tais como: a liberação do acesso ao APP Saúde Caixa, telemedicina e reembolso para todos os procedimentos odontológicos.
79. Ampliar mobilização para garantir que o plano de saúde, importante conquista dos empregados, seja preservado e disponível para todos os empregados.

80. Realizar debates com a participação de pessoas que conheçam a estrutura do plano, desde já em formato virtual e, havendo condições sanitárias, presenciais em todos os estados.
81. Ressaltar a importância de manter a eleição para o Conselho de Usuários do Saúde Caixa e o seu fortalecimento, passando de Consultivo para Deliberativo (CUSC).
82. Fortalecer os fóruns de representação dos usuários, como CUSC, Comitê de Credenciamento e Descredenciamento e o GT do Saúde Caixa.
83. Aumentar o valor de reembolso das vacinas antigripais para 80% do valor real pago pelo usuário para dependente.
84. Garantir no ACT a apresentação dos relatórios financeiros mensais e anuais para possibilitar a efetiva atuação do Conselho de Usuários.
85. Apresentação dos resultados da pesquisa anual de atendimento e satisfação dos usuários do Saúde Caixa.
86. Implantação e fortalecimento dos Comitês de Credenciamento e descredenciamento do Saúde Caixa por base Repes e Gipes, adotando ainda a função de receber demandas sobre o atendimento do Saúde Caixa.
87. Conselho de Usuários Saúde Caixa deliberativo, sem voto de minerva.
88. Fortalecimento das equipes próprias de atendimento do Saúde Caixa, nas Gipes e Repes, com a ampliação do número de empregados nestas atividades, alcançando todos os estados.
89. Eleições do Saúde Caixa com dois turnos, caso nenhuma chapa tenha 50% + 1 dos votos, entre as duas chapas mais votadas no 1º turno.
90. Garantia do Saúde Caixa para os novos concursados.
91. Ampliação do GT Saúde e GT Saúde Caixa.
92. Fim do voto de minerva na Funcef.
93. Exigir transparência na divulgação de números dos fundos de pensão (Funcef).
94. Mais transparência na Funcef: com definição de prazo máximo para publicação das demonstrações financeiras e detalhamento de todos os investimentos por tipo, com data de aporte, valor de aporte inicial e taxa de rentabilidade no período.
95. Apoiar e divulgar as ações do Observatório dos Participantes.
96. Eleições para o Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva da Fundação em formato de chapa, e não por nomes.
97. Luta em defesa das garantias previstas no estatuto vigente da Fundação desde 2007, como travas ao uso do voto de desempate, FAB e FRB. Garantindo o debate com os participantes.
98. Fim da discriminação dos participantes do REG/REPLAN não saldado no acesso ao encarreiramento.
99. Restabelecimento da paridade no equacionamento, pois os participantes não podem assumir responsabilidades maiores do que a Patrocinadora.
100. Cobrança e responsabilidade da Caixa sobre o contencioso.
101. Manutenção e ampliação dos direitos dos participantes da Funcef, como o FAB e o FRB.
102. Instituição de assembleias e consultas para que os associados decidam sobre as questões mais importantes dos planos.
103. Reestruturação do CredPlan, com melhor condições para os participantes da Funcef.
104. Revisão dos empréstimos aos participantes que pagam equacionamento, em especial aos aposentados.

Eixo Direitos

Propostas:

- ACT (Acordo Coletivo de Trabalho)
 - CCT (Convenção Coletiva de Trabalho)
 - Contratações
 - Pessoas com deficiência
- 105.** Atualizar a pauta de reivindicação 2018/2020 com as resoluções reivindicatórias aprovadas do 36º Conecef. A minuta da pauta será construída considerando a necessidade técnica-jurídica e acompanhada pela CEE.
- 106.** Renovação do atual ACT com mais conquistas pelo período de 2 anos e com a inclusão de garantias para o projeto remoto e para o trabalho remoto.
- 107.** Defesa da Mesa Unificada na Fenaban, concomitante com as mesas específicas.
- 108.** Criação de mesas específicas entre a Caixa e a CEE para negociar melhorias das condições de trabalho por segmentos das carreiras profissionais e administrativas. Exemplos: engenheiros, arquitetos, avaliadores de penhor, gestores, técnicos sociais e advogados.
- 109.** Lutar para manter todos os direitos. Nenhum direito a menos.
- 110.** Defesa e ampliação dos direitos conquistados.
- 111.** Reconhecimento e pagamento das horas extras.
- 112.** Reivindicar a quebra de caixa aos caixas, tesoureiros, avaliadores de penhor e todos que operam caixa.
- 113.** Menores taxas de juros para os empregados, inclusive os descontos.
- 114.** Criação de programa de qualificação dos empregados para se ajustarem às mudanças tecnológicas em curso.
- 115.** Exigir a parada urgente do processo de reestruturação na CEF.
- 116.** Fim da exigência de venda de produtos pelos caixas.
- 117.** Não à verticalização e remuneração do GAN equiparada à do gerente de relacionamento, inclusive com porte.
- 118.** Fim do GDP, fim do Score e imediata discussão sobre a metodologia dos PSI, abrindo acesso entre as VPs.
- 119.** Mais empregados já! Manutenção do atual cadastro de reserva, com a contratação imediata dos empregados aprovados.
- 120.** Produção de materiais impressos e virtuais contando a história da luta pela conquista desse direito fundamental e desconstruindo as falácias apresentadas pela Caixa.
- 121.** Aumento do percentual de distribuição da PLR Social para 6% do Lucro Líquido, sem afetar o pagamento da PLR nas regras gerais.
- 122.** Cobrar negociação para implementação do home office que garanta minimamente os seguintes itens: registro de ponto, inclusive com horas extras quando realizadas; ergonomia; programa de saúde física e mental; reembolso de despesas; garantia de que eventuais aditivos não substituam o contrato de trabalho original; fornecimento de comprovante das renovações do projeto remoto aos empregados; e manutenção dos demais direitos dos trabalhadores bancários.
- 123.** Possibilitar ao empregado a opção, com retratação em qualquer tempo, pelo teletrabalho, em modelo amplamente debatido com a representação dos empregados e mais abrangente que a atual legislação.
- 124.** Não diferenciação de quaisquer direitos entre empregados que trabalham presencialmente e em home office.
- 125.** Regulamentação do home office sem perda de remuneração e direitos adquiridos,

com reembolso das despesas realizadas pelos empregados e assunção de responsabilidade pela Caixa de prover as condições ergonômicas.

126. Todas as negociações dos bancários serão feitas exclusivamente com os sindicatos.
127. Todas as cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho deverão ser asseguradas após a data base e permanecerão vigentes até a celebração de novo acordo coletivo.
128. O Acordo Coletivo de Trabalho será válido e aplicável a todos os empregados da Caixa Econômica Federal, independente de faixa de escolaridade e de salário em que se enquadram.
129. A Caixa não contratará trabalhadores terceirizados em atividades fim, bem como não empregará por intermédio de contratos de autônomos, intermitentes, temporários, a tempo parcial e 12/36.
130. Todas as homologações de desligamentos serão feitas nos sindicatos.
131. A Caixa é responsável pelas condições de saúde do trabalhador no ambiente de trabalho, seja ele interno ou externo.
132. A jornada de trabalho, as pausas e os intervalos são consideradas como norma de saúde do trabalhador.
133. Os dirigentes sindicais terão livre acesso aos locais de trabalho.
134. O pagamento da PLR não será parcelada em mais de duas vezes.
135. Não será feita rescisão de contrato de trabalho de “comum acordo”.
136. Vedado acordo individual de compensação e banco de horas.
137. A Caixa Econômica Federal respeitará e exigirá o cumprimento dos intervalos de repouso e de alimentação, de no mínimo quinze minutos e uma hora, respectivamente, para as jornadas de até seis e acima de seis horas. Os intervalos de re-



posou e alimentação serão computados dentro da jornada de trabalho normal, não podendo ser acrescidos à jornada em nenhuma hipótese e detêm natureza salarial.

138. O gozo das férias anuais não será parcelado em mais de duas vezes.
139. Fim do Caixa Minuto e designação somente efetiva para todas as funções, inclusive tesoureiros e avaliadores de penhor.
140. Garantia de jornada de seis horas para todos os empregados.
141. Pagamento do tíquete e cesta alimentação para todos os aposentados.
142. Garantia de emprego.
143. Garantia de incorporação de 100% da função após 10 anos, inclusive CTVA.
144. Manutenção da PLR regra Fenaban somada à PLR Social, com distribuição linear.
145. O salário não será pago em prêmios ou por produtividade.

146. Não será limitada nem cerceada a liberdade de expressão dos sindicatos e dos trabalhadores a exemplo do que versa o artigo 223 e incisos da lei 13.467/2017.
147. Desenvolver campanha e debater nas mesas de negociações contra a abertura de agências aos sábados.
148. Exigir a extinção dos processos administrativos disciplinares abertos pela Caixa com motivação de retaliação a ações trabalhistas abertas em face dela.
149. Fortalecer a mobilização dos empregados da CEF para pressionar a mesa específica, seja durante a Campanha Nacional, seja no processo permanente de negociação.
150. Incorporar os trabalhadores em correspondentes bancários na representação sindical dos sindicatos de bancários.
151. Orientar as entidades representativas para realização de dias de luta periodicamente, inclusive com paralisações de locais de trabalho, quando as condições sanitárias assim o permitirem.
152. Sindicalização eletrônica.
153. Combater discriminação dos empregados PCDs. Incentivar políticas de inclusão, ascensão e apoiar a pauta específica, por meio da mesa permanente de negociação. Buscar melhores condições de trabalho e saúde. Acompanhar quantidade de empregados(as) PCDs na Caixa, aprovados em PSIs e comissionados em funções.
154. Acessibilidade em todos os sistemas Caixa (inclusive UCC).
155. Ampliação do curso de LIBRAS para todos os empregados das áreas que tenham surdos/deficientes auditivos, visando a comunicação entre esses funcionários e os demais (agências e áreas meio).
156. Concessão de auxílio de caráter indenizatório para empregados PCDs, efetivados na mesma data determinada para o pagamento da remuneração mensal dos empregados, para viabilizar acessibilidade e qualidade de vida.
157. Garantir acesso adequado ao PCD da residência até o local de trabalho e retorno à residência - com eventuais ajustes - em meio de transporte próprio da Caixa e adaptado. Nos casos (exceções) em que não for possível esse atendimento, ressarcimento integral dos gastos referentes ao transporte nesses trajetos feitos pelo empregado, em meio de locomoção por ele escolhido, acrescido de adicional compensatório.
158. Prioridade para empregado PCD na escolha do local de trabalho.
159. Realização de seminário jurídico nacional específico para PCD sobre home office, online.
160. Assegurar o trabalho em home office para os PCDs.
161. Atuação de equipe multidisciplinar da GIPES no acompanhamento e resolução de problemas dos PCDs nas unidades de trabalho, com autonomia para definir mudanças de unidade/setor, para que possam exercer o trabalho de acordo com suas características individuais, adequar mobiliário, espaço e equipamentos para cada PCD, individualmente, como braile e lixeiras basculantes.
162. Redução de jornada diária de 2h aos pais/mães/responsáveis legais de PCDs para acompanhamento (assegurando a remuneração integral mensal para empregados Caixa, sem prejuízo da função) das terapias multidisciplinares; e reembolso integral nas terapias multidisciplinares especializadas devido a ausência na rede credenciada. Custeio de medicamentos e insumos e ausência permitida ilimitada para acompanhamento ao médico e internação.
163. Reembolso integral de despesas com tratamentos em clínicas multidisciplinares e/ou múltiplos profissionais para crianças autistas que exigem terapias muito específicas para as quais o Saúde Caixa não possui credenciados, principalmente os métodos ABA, TEACH e DENVER.



NA LUTA COM VOCÊ

GARANTIR E PROTEGER

CAMPANHA NACIONAL D@S BANCÁRI@S • 2020

Acompanhe todas as informações
da campanha salarial
www.contrafcut.com.br



FEDERAÇÕES
E SINDICATOS



QUE TAL RECEBER AS NOVIDADES DA FENAE DIRETO NO SEU WHATSAPP?



MANDE UM "OI" PARA
(61) 98142-8428

OU DIRECIONE A
CÂMERA DO SEU
CELULAR PARA O
QR CODE ABAIXO



E fique por dentro das
notícias do dia, cursos,
promoções, sorteios,
programas de vantagens
e benefícios!